



ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

2017



Por Uma Ordem Dinâmica, Inclusiva e Descentralizada!

ÓRGÃOS SOCIAIS

BASTONÁRIO	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO NACIONAL	CONSELHO JURISDENCIONAL	CONSELHOS PROVINCIAIS	DELEGADOS
Flávio Menete	Presidente – Fernanda Lopes	Presidente – Flávio Menete	Presidente – Auxílio Nhambangue	Presidente do Conselho Provincial de Nampula – Hermínio Torres	Cabo Delgado – Jerónimo Mussirica Niassa: Billy Juluane
	Vogal – Maria Cristina Hunguana	Vice-Presidente – Orquídea Massarongo-Jona	Vice-Presidente – Germano Mutane	Presidente do Conselho Provincial de Sofala – Vicente Manjate	Tete – Hermínio Nhantumbo
	Vogal – José Baptista Norberto dos Santos	Tesoureira – Carolina Balate	Vice-Presidente – Horácio Chimene		Zambézia – Anastácio Nhomela
	Secretária: Olga Madeira	Filipe Sitoi	Vicente-Presidente: Liliana Maria Marques da Costa		Manica – André Júnior
		Ismael Jamal Francisco Eliseu Sousa	Arlindo Guilamba		Inhambane – Grácio Abdulá
		Hélder Matlaba Paula Rocha	Justino Felisberto Justino Laurindo Francisco Saraiva		Gaza – Lúcio Neto
		Alberto Pawandiwa	Paulo Jorge W. Ferreira Pedro Miguel Abreu Carlos Alberto Santana		

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Directora Executiva – Karina Arouca

Gestor Financeiro – Laurindo Dinis

Oficial de Planificação e Formação – Elisio Massarongo

Gestora dos Serviços Administrativos – Delfina Dambo

Assistente Financeira – Eneida Timba

Assistente Administrativa – Assia Jamal

Estafeta e Motorista – Calisto Vidigal

INFORMÁTICA

WEBCAD

COMISSÕES E DEPARTAMENTOS

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO E EXAME	COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS	INSTITUTO DE ACESSO À JUSTIÇA	ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL	COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS
Presidente – Baltazar Egídio	Presidente – Ricardo Moresse	Patronos: Álvaro Pinto Basto José Roque Gonçalves Maria Isabel Garcia Salvador Nkamate Paulo Pimenta	Coordenadora – Mariana Figueiredo	Presidente – Ilídio Macia Relator – Alcídio Siteo Célia Francisco Alcides Taula
Bela Lithuri	Vice-Presidente – MoisesMachaieie	Coordenadora – Catarina Camal Chefe de Administração: Anita Sumburane Oficial de Administração: Carla Matlombe		LukmanAmade
Alfiado Pascoal	Coordenadora – Augusta Eduardo Assistente: Estefânia Rangel			
Álvaro Pinto Basto	Stela Joana dos Santos Bruno André Zita			
ZaheerLorgat	Xavier Sicanso			
Rodrigo Rocha	Ivete Mafundza Espada			
Lucas Lucaze	Vernisto Adelino			
Isabel Garcia	Maria da Gloria Mussueio			
Conceição Sing	Dário de Sousa			
Miguel Mussequejua	Maria Orlanda Lampião Gil Cambul			

MISSÃO

A **OAM** tem como **missão**:

- ✚ Contribuir de uma forma mais eficiente e eficaz para a consolidação do Estado de Direito Democrático;
- ✚ Ser mais actuante em tornar a Justiça mais acessível ao cidadão;
- ✚ Defender a Constituição, os direitos fundamentais dos cidadãos e a dignidade e prestígio da profissão de Advogado através do respeito, promoção e defesa dos seus princípios deontológicos.

VISÃO

A **OAM** tem como **visão**:

- ✚ Ser reconhecida como um parceiro estratégico do Estado, indispensável na defesa da ordem jurídica nacional, na defesa das instituições democráticas, na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção dos princípios de justiça social.

VALORES

A **OAM** tem como **valores**:

- ✚ Compromisso social;
- ✚ Aprimoramento permanente;
- ✚ Foco no processo e resultados:
 - ❖ Eficiência
 - ❖ Eficácia
 - ❖ Efectividade
- ✚ Ética profissional:
 - ❖ Imparcialidade
 - ❖ Impessoalidade
 - ❖ Independência
 - ❖ Transparência

OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

São 3os pilares em que assentam os objectivos e estratégias da **OAM** [para alcançá-los]:

Contribuir para a consolidação do Estado de Direito em Moçambique:

- ❖ Defender a legalidade: Intervir publicamente, emitindo pareceres, para advogar a favor do cumprimento da legalidade em todos os actos públicos - político, económico ou social;
- ❖ Defender direitos humanos: Intervir publicamente, emitindo pareceres, para advogar a favor dos direitos humanos (políticos, civis, económicos, sociais e culturais);
- ❖ Advogar e promover a justiça social: Acompanhar desenvolvimentos políticos, económicos e sociais e, pontualmente, intervir, quer para prevenir ou para corrigir potenciais problemas, de carácter social, daí resultantes, junto das instituições de direito responsáveis, através de pareceres públicos.

Reforçar a capacidade institucional da Ordem dos Advogados de Moçambique:

- ❖ Garantir a sua sustentabilidade financeira: A Ordem deve sistematicamente operar com um orçamento equilibrado entre entrada e saída de dinheiro. Uma vez que as receitas operacionais são exíguas, a Ordem deve identificar e estabelecer relações duradouras com parceiros de financiamento (Estado e Doadores);
- ❖ Garantir satisfação dos parceiros de cooperação e Advogados: A Ordem deve avaliar constantemente a satisfação de seus parceiros e Advogados e proceder, com base nessas avaliações, à medidas correctivas;
- ❖ Tornar fácil o relacionamento da Ordem com os parceiros de cooperação e com os Advogados: A Ordem deve tornar fluidas as relações com Advogados e Parceiros, de forma a eliminar barreiras e desperdícios de tempo e energia por parte destes na sua interacção com a Ordem;
- ❖ Garantir a excelência operacional da Ordem: A Ordem deve ser efectiva, eficiente e eficaz em todas as actividades produtivas;
- ❖ Desenvolver: A Ordem deve desenvolver e reter quadros com as melhores competências técnicas e humanas, desenvolver e manter uma adequada base tecnológica, adquirir e sustentar activos produtivos adequados e melhorar continuamente o seu clima organizacional para aumentar a eficiência, eficácia e efectividade das suas operações.

Apoiar e capacitar profissionalmente o Advogado:

- ❖ Treinar advogados para lidar com novas exigências profissionais e sociais: Implementar programa de treinamento contínuo sobre desafios correntes e sobre a sustentabilidade profissional do Advogado;
- ❖ Desenvolver um processo de Estágio que permita formar, com altos padrões éticos e deontológicos, profissionais capazes de oferecer as melhores soluções ao cidadão.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Ordem dos Advogados de Moçambique tem como principal objectivo contribuir para a consolidação do estado de direito em Moçambique. Para o alcance deste objectivo, a OAM centra a sua actuação em três principais pilares nomeadamente: I- A Consolidação do Estado de Direito Democrático e do Acesso à Justiça; II-Reforço da Capacidade Institucional da Ordem dos Advogados de Moçambique e III- Apoio à Capacitação Profissional do Advogado. Orientado por estes três pilares, a OAM concebeu um conjunto de actividades para o ano de 2017 tendo sido aprovadas pela Assembleia Geral realizada em Dezembro de 2016. Importante referenciar que para a elaboração do plano de actividades que ora reportamos, a OAM teve em conta o Plano Estratégico 2015-2019, a situação económica, política e social do país, a necessidade expandir as actividades de modo a abranger as restantes Províncias com objectivo de desconcentrar as suas actividades da Cidade e Província de Maputo.

O presente relatório aborda as actividades realizadas ao longo do ano (Janeiro a Dezembro) de 2017. O mesmo foi concebido tendo em conta o plano e o orçamento aprovados em Assembleia Geral realizada em Dezembro de 2016.

Em particular, destaca-se a descentralização do atendimento gratuito através da implantação dos pontos focais, assistência jurídica nos estabelecimentos penitenciários, a publicação do Primeiro Relatório dos Direitos Humanos da OAM, a Realização da II Conferência Nacional dos Advogados realizada na Cidade da Beira, a Comemoração do dia do Advogado em Nampula entre outras actividades realizadas em prol da defesa do estado de direito democrático e do acesso à justiça por todos os cidadãos.

Para além da apresentação das actividades planificadas e realizadas, apresentamos igualmente informe sobre aquelas que por diferentes motivos não foram realizadas e ainda as que pese embora não tivessem sido planificadas foram realizadas. Infelizmente nem todas as actividades planificadas para o ano em alusão foram realizadas conforme o desejado daí que apresentamos alguns dos constrangimentos enfrentados bem como as possíveis soluções visando a prevenção nos casos futuros.

PLANIFICADOS VS REALIZADO

ACTIVIDADE	LOCAL/ DATAS	RESPONSÁVEL	REALIZADO / NÃO REALIZADO	COMENTÁRIOS	Actividades transitam de 2016
Lançamento e Publicação do 1º Relatório dos Direitos Humanos	MARÇO	CDH			Anteriormente planificado para ser lançado em Dezembro de 2016, optou-se por fazer coincidir a actividade com a abertura do ano judicial
Emissão de Comunicados	Contínuo	CDH			
Instauração de Processos Disciplinares	Contínuo	EDP			
Actualização do website	Contínuo	IT			
Exame Nacional de Acesso	FEVEREIRO, SETEMBRO	DE			
Início do Estágio	FEVEREIRO, AGOSTO				
Contratação de um Advogado e um Oficial de Programas para o Gabinete de Atendimento	ABRIL	IAJ		Advogado contratado em pleno funcionamento	

Reunião do CJ;	ABRIL, MAIO E JUNHO	CJ		Reuniões realizadas mensalmente	
Reunião do CN	ABRIL, MAIO E JUNHO	DE			
Visita à Cadeia Civil	ABRIL	IAJ			
Palestra – Migrações Internacionais	MAIO	CDH			
Visita aos Estabelecimentos Penitenciários (Cadeia Civil, Cadeia Central, Máxima Segurança e Cadeia Feminina)	Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho	CDH / IAJ			
Assistência Jurídica no Bairro de Chamanculo	MAIO	IAJ			
Workshop – Mediação de Conflitos	MAIO	DE			
Visita aos CPs de Sofala e Nampula	MAIO	DE			
Produção de Brochuras de DHs	MAIO	CDH			
Palestra de Ética e Deontologia Profissional	MAIO/ BEIRA	CJ			
Lançamento de Concurso – Contratação de Consultores para a Produção do Relatório DHs	MAIO	CDH			
Visita à Cadeia Feminina	MAIO	IAJ/CDH			
Aquisição do Material Publicitário para as Delegações e Conselhos Provinciais	MAIO	DE		Por fixar as placas luminosas nas delegações. Os Conselhos Provinciais já estão devidamente identificados	
Palestra – Direitos Humanos – Pessoas Portadoras de Deficiência Física nas Vias Públicas	JUNHO	CDH		Actividade agendada para Agosto, priorizou-se a palestra sobre a violência baseada em género com foco para os homens	
Assistência Jurídica nos Bairros	JUNHO	IAJ			
Reunião de Fortalecimento de Equipa	JUNHO	CJ			
Reprodução da Legislação e Distribuição Gratuita	JUNHO	CDH			
Assinatura de memorandos com o Ministério do Interior, SERNAP					Os primeiros contactos foram iniciados em 2016 entretanto apenas em 2017, a OAM enviou o primeiro draft dos memorandos de entendimento em 2017
Produção da Colectânea das Deliberações do CJ (2014, 2015, 2016)	JUNHO	CJ		Material digitalizado e entregue à W-Editora para a respectiva publicação	
Semana do Advogado					
Assembleia Geral					
Exame Nacional					
2ª Conferência Nacional de Advogados					
Capacitação de Advogados					
Workshop – Grandes Investimentos vsDHs					
Capacitação – Litigância de Interesse Público					
Formação do Pessoal					
Pacote de Gestão Processual					Em criação um pacote adaptado para a realidade dos departamentos
Monitoria Participativa da Lei do Direito à Informação					

QUADRO RESUMO – ACTIVIDADES PLANIFICADAS VS REALIZADAS – NÍVEL DE EXECUÇÃO

Output/Outcome Indicador	Actividade	Planificado		Realizado		Análise
		Baseline	Meta – Dezembro de 2017	Nível da Realização no Período	Meta Acumulativa (2016+2017)	
	Assistência jurídica e monitoria dos DH's	378 reclusos assistidos até 2016	800 reclusos			
	Implantação e formação de Pontos Focais	0 Pontos	4 Pontos Focais	3 Pontos Focais (Gaza, Sofala e Nampula)	3 Pontos Focais em todo o país	Por implantar ficou o Ponto Focal de Tete isto porque ainda não foi constituído o Conselho Provincial de Tete
	Instauração e instrução de processos disciplinares	45 processos instaurados por ano (média)	Reduzir em pelos menos metade			
	Assistência, atendimento jurídico gratuito e caravanas nas províncias	1119 cidadãos atendidos até 2016	Assistir pelo menos 2300 cidadãos	1984 cidadãos	3103 cidadãos	O aumento no número deveu-se à assistência nos Estabelecimentos Penitenciários
	Palestra – Estacionamento nas vias públicas e o respeito pela dignidade da pessoa portadora de deficiência	0 palestra	3 palestras realizadas	1 palestra realizada em Maputo	1 palestra	Não foi possível realizar a Palestra na Beira e em Nampula por exiguidade de fundos
	Contratação de um Advogado Sénior	IAJ funcionando com auxílio de Advogados Estagiários e da Coordenadora	1 Advogado contratado	1 Advogado contratado	1 Advogado contratado	
	Produção do Relatório (selecção e compilação) sobre os DHs e Acesso à Justiça em Moçambique - 2016	Produzido o Relatório sobre a situação dos DHs e Acesso à Justiça em Moçambique - 2015	Processo de compilação do relatório terminado	Equipa de consultores seleccionados e o 1º draft do relatório submetido ao CN. A publicação foi agendada para Março de 2018	2 relatórios produzidos	
	Lançamento e Publicação do Relatório sobre DHs e Acesso à Justiça em Moçambique - 2015	0 relatórios lançados	Lançado o relatório sobre a situação dos DHs e Acesso à Justiça em Moçambique	1 Relatório lançado	1 Relatório lançado	Lançado o primeiro relatório sobre a situação dos DHs e Acesso à Justiça em Moçambique. O Relatório é referente à situação dos DHs vivida no país em 2015
	Produção e Distribuição de Brochuras/Cadernos sobre DHs	0 brochuras/livros produzidos	Produzidas e distribuídas 10.000 brochuras e 500 cópias de cadernos de DHs	---	----	Produzidos primeiros drafts, neste momento em fase de revisão
	Emissão de Comunicados e intervenções de emergência	Ordem emite comunicados sempre que há situações	Emissão de Comunicados em defesa dos DHs	Emitidos comunicados 2		Em 2017 foram emitidos e publicados 2

		de violação grave dos DHs				comunicados (Violência Doméstica, Torturas nas Minas da Namanhumbir)
	Interacção com os mídias	Pouca aparição da OAM nos meios de comunicação social	Maior aparição nos meios de comunicação social	OAM cada vez mais presente nos meios de comunicação social	OAM mais visível	Para uma maior aparição nos meios de comunicação social, terá contribuído muito a contratação de um oficial de comunicação e as constantes intervenções da OAM nos assuntos pertinentes
	Palestras nas Escolas sobre DHs	Nenhuma palestra realizada nas escolas		----	----	
	Viagem a Banjul	2 viagens realizadas	Obtenção do Estatuto de Observador Internacional dos DHs	Realizada mais uma reunião com a CADHP	3 reuniões realizadas até ao momento (2015, 2016 e 2017)	Aguardando a decisão final da CADHP
	Aquisição e Instalação do Material Identitário nas Delegações	Delegações não identificadas	Todas as delegações devidamente identificadas	Adquiridos reclames luminosos e rol-ups para todas as Delegações e Conselhos Provinciais	Conselhos Provinciais e Delegações devidamente identificados	
	Semana do Advogado	Diversas actividades entre elas assistência jurídica gratuita, visita aos estabelecimentos penitenciários, palestras nas escolas e nas universidades	Realizadas assistências gratuitas, visitas aos estabelecimentos penitenciários, palestras nas universidades	Actividades realizadas conforme o planificado – As Cerimónias Centrais da Semana do Advogado tiveram lugar em Nampula	---	Prática da OAM realizar actividades visando a promoção do Advogado e promoção do estado de direito democrático
	Actualização do Website	Website com informação básica	Website devidamente actualizado	Actualização da base de dados	Base de dados com cada vez mais conteúdos actualizados	
	Assembleia Geral	Anualmente são realizadas 2 assembleias ordinárias	Realizar 2 assembleias ordinárias	Realizadas as duas assembleias ordinárias programadas	----	Realizada uma assembleia em Abril (relatório e contas referentes a 2016) e outra em Dezembro (Plano e Orçamento 2018)

	Exame Nacional de Acesso	Anualmente são realizados no mínimo 2 exames	Realizar pelo menos 2 exames	Realizados 2 exames nacionais	-----	Exames realizados em Maputo, Beira e Nampula
	Conselho Provincial de Tete (Constituição e Implantação)	Constituídos os Conselhos Provinciais de Sofala e Nampula	Constituir o Conselho Provincial de Tete	-----	2 Conselhos Provinciais Constituídos	A ser constituído a quando da eleição dos órgãos sociais em 2019 (estrutura mínima e logística preparada)
	Aquisição de laptops, projectores para Conselhos e Delegações Provinciais	Conselhos e Delegações sem material de escritório	Apetrechar minimamente os Conselhos e as Delegações	Adquiridos Laptops, Impressoras e outro material para Gaza, Sofala e Nampula (locais que contam com Pontos Focais)	Conselhos e Delegações com o mínimo para o funcionamento	
	Equipamento videoconferência	OAM sem material para videoconferência	Adquirir o equipamento videoconferência para a sede	Adquirido o equipamento e feita a devida montagem	Sede devidamente equipado	O equipamento foi montado e funciona em pleno e ajudará na realização das reuniões principalmente para aquelas comissões compostas por membros domiciliados fora de Maputo
	Reprodução e distribuição do PE e do Plano de Actividades	Plano Estratégico e Plano de Actividades pouco conhecidos	Plena divulgação destes instrumentos de trabalho	Plano Estratégico e Plano de Actividades publicados no website	Instrumentos de trabalho da OAM conhecidos pelos seus membros e público interessado	Urge a divulgação massiva destes instrumentos pois dela depende a materialização dos mesmos
	Formação do Pessoal	Pessoal executivo com algumas lacunas em matérias ligadas à gestão baseada por resultados	Treinar o pessoal executivo responsável pela implementação das actividades em matérias ligadas à gestão baseada em resultados	Pessoal executivo treinado em matéria ligada à gestão baseada em resultados	Pessoal executivo planificando e reportando na óptica de gestão baseada em resultado	

	Aquisição de um Pacote de Gestão Processual	IAJ e EDP funcionando sem um programa de gestão processual	Equipar o IAJ e EDP com programas de gestão efectiva dos processos	Contratada uma Consultora que está a desenhar pacotes específicos para cada Departamento	IAJ e EDP continuam gerindo os processos de forma arcaica	Em curso a criação de um pacote que se adapta à realidade do dia-a-dia dos departamentos
	Início do Estágio	A luz do novo regulamento, iniciam a cada ano 2 grupos de estágio	Iniciar 2 grupos de estágio	2 grupos de estágio iniciados	----	Um grupo iniciou em Fevereiro e o outro em Agosto
	2ª Conferência Nacional de Advogados	Realizado em 2015, a 1ª Conferência Nacional dos Advogados	Realizar a 2ª Conferência Nacional	Realizada a 2ª Conferência	2 Conferências realizadas	A 2ª Conferência teve a particularidade de ser realizada em Beira em Novembro
	Compilação e Publicação das Deliberações do CJ (2014, 2015 e 2016)	Deliberações do CJ espalhadas	Compilar todas as deliberações do CJ dos anos 2014, 2015 e 2016	O processo iniciado – contratada uma empresa (W-Editora) para a compilação das mesmas	-----	A compilação será publicada no início de 2018
	Capacitação de Advogados	Advogados e Advogados Estagiários capacitados em matérias diversas	Capacitar Advogados e Advogados Estagiários em: Direito de Petróleo e Gás, Mediação de Conflitos e Litigância em matérias de interesse público	Capacitações realizadas em Maputo	----	Por replicar estas capacitações na Beira e Nampula
	Workshop – Grandes Projectos vsDHs	Nenhum workshop realizado sobre o tema	Realizar um workshop para debater sobre a problemática dos DHs com foco nos Grandes Investimentos	Realizado um workshop sobre os reassentamentos como resultado da exploração mineira	-----	Workshop realizado em Maputo no âmbito do projecto OSISA e que contou com a participação de alguns representantes das comunidades vitimas da exploração mineira
	Palestra: Ética e Deontologia Profissional	Advogados e Advogados Estagiários anualmente capacitados em matérias de Ética e Deontologia	Realizar uma palestra sobre ética e deontologia profissional em Zambézia, Manica e Sofala	Palestra realizada em Maputo	----	Por replicar esta palestra em Zambézia, Manica e Sofala. Importa referir que no âmbito das

		Profissional				formações ministradas aos Advogados Estagiários da Primeira-Fase, decorrem todos os anos pelo menos duas formações (uma em cada semestre) em Ética e Deontologia Profissional
--	--	--------------	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DESTAQUES

1. PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS

Lançado a 28 de Março de 2017, este foi o primeiro relatório de género a ser concebido e lançado pela OAM. O relatório tinha como principal objectivo avaliar o ponto da situação do Estado Moçambicano na implementação dos direitos humanos face às obrigações internacionais e legislação interna. Numa divulgação feita em Maputo, o evento despertou interesse de vários actores da sociedade, sendo que no total estiveram presente 105 pessoas sendo de destacar o Ministro da Justiça, Director Geral do SERNAP, Juiz Presidente do Conselho Constitucional, Deputados, Procuradores, Juízes, Embaixadores, Membros da Sociedade Civil, representantes de ONG's, parceiros bem como uma forte presença dos órgãos de comunicação social (vide o anexo – aparição nos média). A publicação do relatório levantou um grande debate na sociedade moçambicana sobretudo no que diz respeito à defesa e protecção dos direitos humanos nos estabelecimentos penitenciários. Vários debates televisivos foram realizados, o Ministério do Interior, o SERNAP e a REFORMAR reagiram à publicação do relatório saudando e contestando o conteúdo contido no relatório. É notória, desde a publicação do relatório, a melhoria dos direitos humanos nos estabelecimentos penitenciários bem como a relação existente entre a OAM e o Ministério do Interior e o SERNAP.

2. SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ADVOGADOS

Realizada nos dias 23 a 25 de Novembro, A 2ª Conferência Nacional de Advogados teve a particularidade de ser realizada na Zona Centro do País mais concretamente na Cidade da Beira. Tratou-se da primeira grande actividade implementada pela OAM a ser realizada fora da Província de Maputo o que por si só resultou num grande esforço logístico mas que entretanto responde aos objectivos concebidos para o triénio. Recorde-se que a 1ª Conferência Nacional foi realizada no distrito de Bilene, Província de Gaza. Sob o lema Por Uma Advocacia ao Serviço do Estado de Direito e do Desenvolvimento, a 2ª Conferência Nacional contou na sua primeira sessão com a presença da Governadora de Sofala – Dra. Helena Taipo e contou com a presença de Advogados e Advogados Estagiários oriundos das diferentes Províncias do país bem como de outros convidados de órgãos de Administração da Justiça tais como PGR, TS entre outros. Como resultados destas conferências está em curso a revisão dos estatutos da Ordem bem como a revisão do Regulamento do Estágio e Exame Nacional.

3. IMPLANTAÇÃO DE PONTOS FOCALIS

Desde 2014 ano em que foi inaugurado o Instituto de Apoio à Justiça – IAJ, a Ordem passou a disponibilizar atendimento, assistência e aconselhamento jurídicos a título gratuito à cidadãos economicamente carenciados. Entretanto e porque esse atendimento era apenas feito na Sede da Ordem, em 2016 a OAM passou a realizar Caravanas Jurídicas nas Províncias. Apesar dos resultados notórios verificados no âmbito da implementação dessas caravanas, identificou-se que havia falta de um acompanhamento integral dos processos para além de que este exercício resultava em grandes perdas financeiras visto que praticamente toda a equipa tinha de se deslocar de Maputo para esses pontos. Com vista a maximizar os resultados das assistências jurídicas nas províncias e reduzir os custos, a OAM avançou com o processo de implantação dos Pontos Focais e neste ano o objectivo foi de implantar em Gaza (zona sul),

Sofala (zona centro), Nampula (zona norte) e Tete (dada a grande procura dos serviços verificados a quando da realização da caravana provincial). Ao longo de 2017 foi possível a implantação de três (3) dos quatro (4) Pontos Focais nomeadamente: Gaza, Sofala e Nampula faltando Tete (a implantação aqui depende da constituição do Conselho Provincial de Tete que irá acontecer em 2019). O Ponto Focal é um Advogado ou Advogado Estagiário que tem a missão de liderar a equipa (Advogados, Advogados Estagiários) que presta assistência jurídica gratuita nessa Província ou zona.

4. COMEMORAÇÃO DA SEMANA DO ADVOGADO EM NAMPULA

O Mês de Setembro é o mês reservado para a comemoração da constituição da OAM (a OAM foi constituída a 14 de Setembro de 1994) e todos os anos a Ordem dedica uma semana para a comemoração desta efeméride. As comemorações de 2017 tiveram a particularidade de serem realizadas na Cidade de Nampula (recorde-se que as de 2016 tiveram lugar na Beira). Ao longo desta semana comemorativa várias actividades foram realizadas sendo de destacar a Assistência Jurídica Gratuita; Visitas aos Estabelecimentos Penitenciários, Palestras, Reuniões com Advogados e Advogados Estagiários entre outras.

5. PALESTRAS/SEMINÁRIO

Ao longo de 2017, a OAM realizou uma palestra sobre Ética e Deontologia Profissional, um debate sobre Violência baseada em Género e seminários sobre Mediação de Conflitos e outro sobre Reassentamento – Direitos sobre a Terra e Segurança Alimentar das Comunidades afectadas pelos Grandes Investimentos. Neste rol de realizações o destaque vai para:

5.1. Palestra – Violência Baseada no Género

Um debate concebido e realizado num momento em que a sociedade debatia-se com elevadas ondas de violência doméstica com maior destaque para a violência contra o homem. De modo a consciencializar a sociedade dos males que disso podem resultar, a OAM através da Comissão dos Direitos Humanos realizou uma palestra/debate tendo como principais intervenientes a Dra. Maria José Artur em representação da WILSA, Dra. Osvalda Joana representando o Tribunal Supremo e o Dr. Alcídio Siteo – Advogado. Estiveram presentes, no total, 104 pessoas dentre representantes da sociedade civil, Magistrados, Advogados, Advogados Estagiários e Estudantes.

5.2. Workshop – Reassentamentos: Direitos sobre a Terra e Segurança Alimentar das Comunidades Afectadas pelos Grandes Investimentos

Realizada em Maputo, o workshop tinha como objectivo partilhar com o público algumas acções levadas a cabo para a responsabilização no contexto de carvão mineral de Tete, gás em Palma e ProSavana ao longo do corredor de Nacala tendo em conta as ameaças e ou violação dos direitos de terra e segurança alimentar das comunidades afectadas. Estiveram presentes neste workshop representantes das comunidades afectadas, representantes do Governo (ENH e Ministério da Agricultura), Sociedade Civil, académicos e outros interessados.

6. AUMENTO DE MEMBROS

Ao longo de 2017, foram realizados 2 grupos de estágio, o primeiro em Fevereiro tendo no total 163 Advogados Estagiários e o segundo grupo em Agosto com um total de 262 Advogados Estagiários distribuídos por todo o país. Relativamente ao número de Advogados, o ano de 2017 encerrou com um total de 1788 contra os 1591 de 2016 (**um aumento de 197 novos Advogados**). Para o aumento deste número muito tem contribuído as palestras ministradas pela OAM nas diferentes instituições de ensino superior. Igualmente há cada vez mais instituições do ensino superior a ministrar o Curso de Direito.

7. EMISSÃO DE COMUNICADOS E CONFERÊNCIAS DE IMPRENSA

No cumprimento da sua missão – a defesa de estado de direito e democrático, a OAM emitiu comunicados de imprensa e realizou conferências de imprensa visando a reposição da legalidade nos casos denominados “vidros fumados e fiscalização de Viaturas Particulares por parte da Polícia Municipal” que tiveram um grande impacto na Sociedade Moçambicana. Estas intervenções contribuíram para a redução e reflexão da PRM que decidiu propor a revisão da legislação sobre os vidros fumados tendo sido submetida uma proposta à OAM para a emissão das suas contribuições.

8. MONITORIA PARTICIPATIVA DA LEI DO DIREITO À INFORMAÇÃO

Numa acção conjunta desencadeada pela OAM, MISA Moçambique, Observatório de Meio Rural e SEKELEKANI, realizou-se uma Monitoria Participativa da Implementação da Lei do Direito à Informação (LEDI). Para o efeito foram elaborados pedidos de informação a 10 instituições (direito público e privado) visando avaliar o potencial do exercício do direito à informação pelos cidadãos e do cumprimento do correspondente dever de fornecer informação pelas entidades obrigadas pela lei e identificação dos principais nós de estrangulamento das instituições abordadas. Os pedidos formulados recaíram nas instituições seguintes: Assembleia da República, Administração do Distrito de Larde – Nampula, Conselho de Administração da Empresa Electricidade de Moçambique, Fundo de Fomento Agrário, Instituto Nacional de Segurança Social, JINDAL África, Ministério do Género, Criança e Acção Social, Ministério do Interior, Ministério da Saúde e Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

A OAM juntamente com os seus parceiros nesta iniciativa, demandou junto do Tribunal Administrativo as instituições que denegaram infundadamente a informação solicitada, sendo que neste momento aguarda a decisão final.

9. ACÇÕES DE LITIGÂNCIA EM PROL DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

No âmbito do Projecto – Defesa dos Direitos das Comunidades afectadas pelos Grandes Investimentos que conta com o apoio da OSISA, a Ordem dos Advogados de Moçambique intentou ao longo do ano de 2017, as acções seguintes:

ACÇÕES JURISDICIONAIS	LOCAL DEPOSITADO	SITUAÇÃO ACTUAL
Acção Popular contra o Estado Moçambicano e JINDAL	Tribunal Administrativo da Província de Tete	Decisão – Condenação da JINDAL e absolvição do Estado. Recurso submetido junto do Tribunal Administrativo
Uma Acção contra o Estado e a VALE – Intimação para Comportamento	Tribunal Administrativo da Província de Tete	Aguarda decisão
Uma Acção contra o Estado e a VALE – Acção para o reconhecimento do direito	Tribunal Administrativo da Província de Tete	Aguarda decisão
Uma Acção contra o Ministério da Agricultura – Intimação para o Comportamento (Acesso à Informação e Transparência no caso Prosavana)	Tribunal Administrativo da Cidade de Maputo	Aguarda decisão
Uma Acção de Inconstitucionalidade via Provedor de Justiça sobre Norma de Regulamento da Lei de Terras	Conselho Constitucional	Aguarda decisão

Para o seu pleno funcionamento, a Ordem conta com a colecta de quotas pagas pelos seus membros (Advogados) e Sociedades de Advogados. Em paralelo conta ainda com a contribuição de parceiros como a IBIS e a OSISA.

No período em alusão, a OAM submeteu uma proposta para a renovação do seu acordo de parceira com a OSISA e a mesma foi diferida para até Junho de 2018. Com vista a elaboração do seu Baseline (entende-se por baseline um instrumento medidor do impacto das actividades realizadas pela OAM, por exemplo na área do acesso à justiça, o baseline irá fornecer dados relativos ao número de pessoas com acesso à justiça no país e as áreas prioritárias a serem encarradas pela OAM. Para a elaboração de Baseline, a OAM precisa de cerca de 600.000Mt), a OAM enviou cartas de pedido de apoio às instituições seguintes: STANDARD BANK, CDM, DELLOITE e FNB. Aguarda-se ainda pelas respostas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

Para uma melhor planificação e prestação de contas, a OAM agendou e realizou para o seu pessoal executivo uma Formação em Gestão Baseada em Resultados, Sistemas de Monitoria e Avaliação que foi ministrada pela IEG – Instituto de Economia e Gestão, uma instituição que opera no país há mais de 20 anos e especializada nestas áreas. Ainda para o melhoramento da elaboração do plano e orçamento assim como o processo de prestação de contas, a OAM tinha agendado para o II Semestre de 2017 uma capacitação envolvendo o pessoal administrativo, os delegados e os presidentes dos conselhos provinciais em matéria de planificação e orçamentação. Infelizmente e por exiguidade de fundos esta formação acabou sendo ministrada apenas para o pessoal executivo domiciliado em Maputo, entretanto e porque há necessidade de uma melhoria e sincronia no processo de gestão e de prestação de contas, esta actividade deverá merecer a devida atenção nos próximos anos.

PARCERIAS

No período em alusão, a OAM foi convidada e integrou o Projecto de Monitoria Participativa da Lei do Direito a Informação em coordenação com a SEKELEKANI e o MISA. A OAM foi ainda convidada pelo CEDE (Centro de Estudos e Desenvolvimento Eleitoral) recebeu o convite da CEDE para integrar a Plataforma de Verificação Eleitoral.

A OAM realizou ainda em parceria com outras organizações actividades visando a disseminação de leis. O destaque vai para a realização em parceria com o Ministério da Indústria e Comércio na palestra *doingbusiness* em Abril de 2017. Nesta palestra discutiu-se pontos importantíssimos que os empresários devem ter em conta relativamente à localização dos seus investimentos e o que o Governo deve fazer para melhorar a regulamentação aplicável no país. As contribuições saídas dos debates seriam usadas para a fortificação dos termos de referência para a revisão pontual do Código Comercial. Realizou-se ainda em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação uma palestra sobre a divulgação da LEI nr. 03/2017 de 09 de Janeiro, que regula as transacções electrónicas, o comércio electrónico e o governo electrónico.

RELAÇÃO COM OUTROS PARCEIROS DA IBIS/AICE

No período em alusão, a OAM trabalhou lado a lado com 2 parceiros da IBIS/AICE nomeadamente a SEKELEKANI e o MISA. A parceria conforme acima avançado resultou na assinatura de um Memorando onde as três instituições comprometem-se a monitorar a implementação da Lei do Direito à Informação pelas Instituições do Estado ou participadas pelo Estado. O Memorando foi assinado no dia 22 de Maio de 2017. Ainda neste período, CDH iniciou contactos com a ACDH-UEM outra entidade parceira da IBIS/AICE visando estabelecer parcerias para a realização de actividades conjuntas em prol da defesa dos Direitos Humanos sendo de destacar o debate denominado “O Acesso às Vias Públicas pela Pessoa Vivendo com Deficiência” tendo como objectivo principal a protecção deste grupo social.

APARIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Vide o relatório em anexo

ACTIVIDADES PARA 2018

(Vide o Plano de Actividades Aprovado na última Assembleia Geral)

PRINCIPAIS RESULTADOS

A OAM tem vindo a posicionar-se como um actor estratégico na mudança de políticas que visam garantir a Justiça e a defesa dos Direitos Humanos em Moçambique. A publicação do Relatório dos Direitos Humanos – 2015 levantou na sociedade moçambicana um grande debate sobre a situação dos direitos humanos nos estabelecimentos penitenciários em Moçambique tendo os Serviços Nacionais Penitenciários enviado um ofício à Ordem com vista ao esclarecimento dos pontos levantados no relatório. É notório algum avanço na relação OAM/SERNAP e acredita-se que esta relação irá igualmente resultar em melhorias nas condições dos estabelecimentos penitenciários no que concerne aos direitos humanos.

Os debates levantados sobre a violência doméstica e sobre o atropelo dos direitos humanos nos grandes investimentos mereceram igualmente um grande debate na sociedade e espera-se melhorias como resultado disso. A cada vez maior publicitação e expansão do IAJ através da implantação dos Pontos Focais têm contribuído para cada vez mais pessoas tenham acesso à justiça no país.

A realização da 2ª Conferência Nacional dos Advogados, sobretudo por ter sido a primeira grande actividade realizada fora da Cidade e Província de Maputo e suscitou reflexão sobre a necessidade da revisão do Estatuto da OAM e Regulamento do Estágio.

É de notar igualmente, uma maior publicitação das actividades da OAM através do envolvimento dos órgãos de comunicação social. Antes da realização de cada actividade, a OAM emite comunicados de imprensa o que tem contribuído de forma significativa na disseminação da informação.

MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS

1. Pontos Focais: A Ordem já conta com 3 Pontos Focais em igual número de Províncias nomeadamente: Gaza, Sofala e Nampula. Estes são responsáveis pela assistência jurídica gratuita nas respectivas zonas de actuação.
2. Conselhos Provinciais de Nampula e Sofala: Embora as instalações tenham sido identificadas em 2016, o funcionamento pleno destes conselhos foi materializado em 2017 o que permitiu a descentralização das solicitações que ora eram canalizadas para a Sede da Ordem.
3. Reassentamento condigno da população residente no distrito de Marara afectada pela exploração da mina de carvão por parte da JINDAL. Como resultado da acção intentada pela OAM, o Tribunal Administrativo decretou um prazo de 18 meses para que a JINDAL reassenta-se, de forma condigna, aquela comunidade.

DESAFIOS

Para uma melhor descentralização dos serviços de assistência jurídica, urge fortalecer os Conselhos Provinciais e Delegações com uma maior autonomia administrativa e financeira de modo a alavancar o funcionamento do IAJ e dos Pontos Focais nas respectivas áreas de jurisdição. Para tal, os Delegados e os Conselhos Provinciais deverão desempenhar um papel preponderante uma vez que os Pontos Focais funcionam nas mesmas instalações e sob a supervisão destes. Há igualmente uma necessidade de a quando do momento da planificação, grande parte das

actividades da Ordem serem planificadas e realizadas no I semestre o que permitirá uma maior gestão da mesmas e não no II Semestre como tem sido abito. A assinatura dos Memorandos principalmente com o SERNAP mostra-se urgente pois daí dependerá a celeridade (ou não) do processo de assistência jurídica nos estabelecimentos penitenciários. A fraca presença dos membros (Advogados e Advogados Estagiários) da OAM nas actividades por esta promovidas continua a influenciar negativamente no alcance dos objectivos pretendidos não obstante ter-se verificado alguma melhoria nos últimos tempos. Igualmente urge diversificar as fontes de financiamento das actividades da OAM por forma a evitar o grau de dependência actualmente existente. Actualmente a OAM conta com fundos da OXFAM-IBIS e da OSISA.

LIÇÕES APRENDIDAS

O processo de descentralização do atendimento jurídico com a implantação dos Pontos Focais tem se mostrado útil à medida que já é possível se fazer o acompanhamento integral dos casos nas Províncias onde estão implantados os Pontos Focais. Para além da gestão integral dos casos, é igualmente notória a redução dos custos que anteriormente eram alocados para as viagens que cobriam as caravanas nas Províncias. Encoraja-se a implantação de mais Pontos Focais nas restantes Províncias do País.

O envolvimento das estruturas locais nas caravanas nos bairros tem permitido uma maior e melhor captação dos resultados uma vez que estas estão encarregues de fazer a disseminação dos serviços do IAJ antes da realização dessas caravanas.

Envolvimento de membros dos Conselhos Provinciais e Delegações na organização de actividades centrais da OAM nas respectivas Províncias o que permitiu maior envolvimento dos Advogados e Advogados Estagiários e sentimento de pertença (ownership) dos Advogados (ex. II Conferência Nacional e Cerimónias Centrais da Semana do Advogado).

ACRÓNIMOS

ACDH – Associação dos Direitos Humanos da Universidade Eduardo Mondlane

AR – Assembleia da República

CADHP – Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

CDH – Comissão dos Direitos Humanos da OAM

DHs – Direitos Humanos

IAJ – Instituto de Acesso à Justiça

IEG – Instituto de Economia e Gestão

OAM – Ordem dos Advogados de Moçambique

OSISA – Open Society Initiative for Southern Africa

PGR – Procuradoria-Geral da República

TS – Tribunal Supremo

SERNAP – Serviço Nacional das Penitenciárias

FOTOS



F1

F2

F3

F4

F5



F6

F7

F8

F9

F10



F11

F12

F13

F14

LEGENDA

F1 = Implantação do Ponto Focal – Nampula; **F2** = Assistência Jurídica na Cadeia Civil; **F3** = Lançamento do Relatório sobre os Direitos Humanos; **F4** = Palestra – Ética e Deontologia Profissional – Beira; **F5** = Palestra – Violência Doméstica com base no género

F6 = Abertura da 2ª Conferência dos Advogados; **F7**= Assembleia Geral Ordinária; **F8** = Reacção da SERNAP face ao Relatório sobre o estágio dos DHs em Moçambique; **F9** = Caravana da Justiça – Praça da Juventude – Maputo

F10 = Bastonário visita o Conselho Provincial de Nampula no âmbito da comemoração do 23º da criação da OAM; **F11** – OAM homenageia o Dr. Máximo Dias; **F12** – Debate – Prevedencia Social do Advogado; **F13** – OAM introduz pagamento on-line; **F14** – Advogados debatendo a quando da 2ª Conferência de Advogados